

RECURSO ESPECIAL Nº 1.860.985 - MT (2020/0029710-4)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADOR : RODRIGO SANTOS DE CARVALHO E OUTRO(S) - MT018026A
RECORRIDO : LUCIANO MEDEIROS CRIVELLENT
ADVOGADO : LUCIANO MEDEIROS CRIVELLENT E OUTRO(S) - DF020667

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TEMPESTIVIDADE. A QUESTÃO LEVANTADA A RESPEITO DA SUPOSTA SUSPENSÃO DA CONTAGEM DO PRAZO PROCESSUAL EM RAZÃO DA PORTARIA 493/2014 C/C RESOLUÇÃO 16/2014 E O DISPOSITIVO LEGAL APONTADO COMO VIOLADO (ART. 10 DO CÓDIGO FUX) QUE NÃO FORAM ALVO DE DEBATE PERANTE A CORTE DE ORIGEM, MESMO APÓS A OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. RECURSO ESPECIAL DO ENTE ESTATAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo ESTADO DE MATO GROSSO, com fundamento no art. 105, inciso III, *a* da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo egrégio TJ/MT, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE APELAÇÃO - EMBARGOS A EXECUÇÃO - INTEMPESTIVOS - POSSIBILIDADE DE REJEIÇÃO - SENTENÇA ANULADA - RECURSO PROVIDO.

Com a juntada da carta precatória aos autos, inicia-se o prazo de trinta dias para a Fazenda Pública opor Embargos à Execução.

Ultrapassado o prazo legal para opor tais Embargos, devem eles ser rejeitados (fls. 96).

2. Os Embargos de Declaração opostos pelo Ente Público foram rejeitados (fls. 181/185).

3. Nas razões de seu Apelo Nobre, o recorrente aponta violação dos arts. 10 e 183, § 1o. do Código Fux, ao argumento de que *o Tribunal a quo*,

ao decidir sobre a intempestividade dos o Embargos à Execução apresentados pelo Estado em primeira Instância não oportunizou sua manifestação prévia sobre tal questão inédita até então nos autos, proferindo, de logo, sua decisão e surpreendendo as partes (fls. 200).

4. Aduz que a intempestividade fora equivocada, eis que

(...) o Estado fora citado na data de 03/11/2014 (fls. 145), para, querendo, apresentar Embargos à Execução, de modo que, após 18 dias, com fundamento no disposto no Provimento 0212009-CGJ c/c item 2.8.1.6, capítulo 2, seção 8, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, a remessa dos autos, anexando termo de responsabilidade para envio deste pelo Correio, (fls. 146-147), ante a necessidade de acesso aos autos.

Em atendido ao requerimento de remessa dos autos, esses foram enviados a PGE-MT onde aportaram na data de 06/01/2015, conforme comprova protocolo de entrada dos autos na PGE-MT anexado aos Embargos de Declaração.

Assim, por força da Portaria 493/2014 c/c Resolução 016/2014 do Pleno do Tribunal a quo, que suspendeu a contagem dos prazos processuais no período de 20/12/2014 a 06/01/2015 e 07/02/2015 a 20/01/2015, o prazo de 30 dias para propositura dos Embargos à Execução iniciou-se em 21/1/2015 expirando, pois em 19/2/2015 (fls. 201/202).

5. Sem contrarrazões, o recurso foi admitido na origem (fls. 207/208).

6. É o relatório.

7. O inconformismo não merece acolhimento.

8. Verifica-se, de plano, que inexistiu o prequestionamento da questão levantada a respeito da suposta suspensão da contagem do prazo processual em razão da Portaria 493/2014 c/c a Resolução 16/2014 e da norma legal apontada como violada – art. 10 do Código Fux -, ou seja, sobre estes pontos não se manifestou o Tribunal de origem, mesmo depois da oposição dos Embargos de Declaração.

Superior Tribunal de Justiça

9. O prequestionamento, como requisito de admissibilidade para a abertura da instância especial, é admitido não só na forma explícita, mas, também, implícita, o que não dispensa, nos dois casos, o necessário debate da matéria controvertida, o que não ocorreu.

10. Portanto, ante a ausência de prequestionamento, incide a Súmula 211 desta Corte.

11. Ademais, o recorrente, nas razões do Recurso Especial, não alegou violação do art. 535 do CPC/1973 (correspondente ao art. 1.022 do Código Fux), a fim de viabilizar possível anulação do julgado por vício na prestação jurisdicional.

12. Ante o exposto, nega-se seguimento ao Recurso Especial do ESTADO DE MATO GROSSO.

13. Publique-se.

14. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR